

Recensões

II, as notas 5 e 6 estão trocadas (p. 107). (4) Ainda no mesmo livro, dois métodos de referência às datas ante-cristãs: –440-339 (ou talvez melhor: 440-439, data da revolta de Samos contra os Atenenses) e – 352 (p. 125 n. 40); – 346 (p. 113 n. 20); mas 343 a.C. (p. 147 n. 79). (5) Na p. 147 n.79, onde se lê *Progymn.* 3 deve ler-se *Progymn.* 4 (sc. Capítulo).

Se exceptuarmos algumas gralhas, estes pontos não ensombram a qualidade do trabalho. Deverão, contudo, ser tidos em conta numa ulterior edição da obra, aquando da respectiva revisão de provas, no sentido de os corrigir e harmonizar. Fazemos votos para que essa segunda edição veja rapidamente a luz, o que será um duplo bom indicador: sinal do feliz sucesso da mesma assim como da boa recepção que a *Retórica* de Aristóteles ainda hoje merece.

RUI MIGUEL DE OLIVEIRA DUARTE

Alberto Bernabé, *Manual de crítica textual y edición de textos griegos*, Madrid, Ediciones Clásicas, 1992, XV & 261 pp., ISBN 84-7882-064-7.

A vasta experiência em crítica textual e edições de textos gregos de Alberto Bernabé Pajares, a quem se devem, entre outros trabalhos, a edição dos fragmentos épicos (*Poetae Epici Graeci*, Leipzig, Teubner, 1987), reflecte-se na presente obra, dirigida não apenas àqueles que tencionam abalançar-se à edição de textos gregos, mas também a quantos não pretendam ser mais do que “usuarios conscientes” das edições críticas. Os seus conteúdos estão articulados com base nos passos a seguir na preparação da edição dum texto grego.

No capítulo I (pp. 1-7), em prolegómeno, o Autor expõe alguns dos pressupostos que norteiam a actividade de crítica textual bem como da própria organização da obra. Ainda que assente em bases científicas, é esta bem mais uma arte, dependente não tanto de postulados teóricos exactos como duma experiência acumulada, ao longo de séculos, sobre casos concretos. A crítica textual pode ser entendida como a forma mais pura do exercício da filologia, juntamente com a lexicografia; não como o seu fim último, mas meramente como “via de acesso” à compreensão duma civilização. Além disso, há uma profunda interdependência entre os progressos desta arte e os de outras disciplinas (*u.g.* gramática, métrica, estilística, literatura ou história), porquanto estas fornecem ao editor outras bases de decisão na escolha das melhores lições. Pode a crítica textual (p. 2) ser definida como “el conjunto de operaciones ejercidas sobre un texto o varios textos alterados por diversas vicisitudes sufridas desde el momento en que fueran escritos hasta aquél en que llegan a nosotros, y encaminadas a

Recensões

tratar de restituir lo que se considera que era su forma originaria.”, o que coloca a necessidade duma dupla correlação entre os acasos dos acidentes materiais e a possibilidade do erro humano. O seu *summum desideratum* seria refazer inversamente o caminho percorrido pelo texto, até detectar o erro, e onde e por que se produziu, a fim de o recuperar. No capítulo II (pp. 9-46), exploram-se problemas da transmissão, sob quatro aspectos: uma breve aproximação histórica aos processos de transmissão dos textos antigos até nós; classificação da tipologia das formas de transmissão, com base na sistematização de Van Groningen (*Traité d'histoire et de critique de textes grecs*, Amsterdão, 1963, pp. 48 sqq.); os erros de transmissão e sua tipologia; e, finalmente, algumas questões relativas a acidentes materiais nos manuscritos. No III (pp. 47-82), trata-se da pesquisa e avaliação dos materiais e da determinação das relações entre eles (*recensio*), através da comparação sistemática de variantes (*collatio*). Várias são as metodologias de abordagem. Primeiramente, as que propõem procedimentos quase automáticos e mecânicos de comparação entre variantes e de escolha das melhores. São os métodos de Lachmann, base de toda a crítica moderna, de Quentin e da estemática maasiana, com pretensão de absoluta objectividade e infalibilidade e em que a margem de juízo pessoal do crítico se reduziria ao mínimo (*recensio sine interpretatione* para Lachmann ou ἐποχή para Maas). Em segundo lugar, as propostas severamente críticas destes métodos pelos chamados “eclecticos”, que lhes acentuam as arbitrariedades e recusam as conjecturas, preferindo uma crítica guiada pelo senso comum, pelo gosto literário e intuição do crítico e dando o maior valor ao contexto e ao *usus scribendi*. Termina-se com as propostas mais matizadas de Pasquali, plasmadas no seu “decálogo”. De seguida, analisam-se alguns dos problemas mais debatidos na *recensio*: as dificuldades de estabelecer um *stemma codicum*, o conceito de “arquétipo” e a questão dos *recentiores*, relativamente aos quais é necessário ajuizar caso a caso, contrariamente às posturas maximalistas, seja de detracção (Lachmann), seja de valorização (Pasquali: recorde-se o seu adágio *recentiores non deteriores*). De extrema utilidade para as tarefas de *collatio* e da estemática são alguns instrumentos modernos, em especial a tecnologia informática. No fim destas discussões de carácter teórico e técnico, e como de facto as realidades da transmissão dos textos são muito mais complexas e colocam ao crítico ainda maiores exigências, chega-se à formulação duma crítica histórica (de que um dos principais defensores é J. Irigoin), que considera também importante a avaliação das características de cada período e de cada *scriptorium*, dos tipos de letra usados, dos modos de trabalhar dos copistas ou das formas de apresentação material do livro (aspectos pertinentes aos domínios da paleografia e da codicologia). Entra-se de seguida no problema da representação gráfica das relações entre manuscritos e na distinção entre

Recensões

classes de recensões (“aberta” e “fechada”). Termina o capítulo a discussão duma questão (pp. 76-80) que está no cerne da crítica textual e que pode gerar equívocos: o que se edita, ou seja, em que medida se pode restituir o “original”? E o que é precisamente o “original”? O “exemplar manuscrito que remonta ao autor”, ou “autógrafo”, sentido deste modo equivalente ao de “arquetipo” no vocabulário do livro (ver p. 68)? Trata-se de restituir os usos e convenções ortográficos precisos em vigor na época do autor? Resulta daqui a concepção da edição crítica como uma obra ucrónica, ou antes, pancrónica, que conjuga os esforços do autor com os de todos quantos contribuíram para a preservar e alterar no decurso dos tempos.

Estabelecidas as relações entre códices e feita a *collatio* das variantes, é o momento de proceder à *constitutio textus* (capítulo IV pp. 83-102). Imprescindível se torna a formulação de juízos para a escolha das melhores leituras: das que figurarão no aparato e das que são de corrigir. Mais ainda: de como as corrigir, problema para que não há soluções universalmente válidas, como pretendia a estemática ortodoxa. O melhor método, porém, será sempre o de lançar mão de todos os recursos possíveis e de os aplicar com cautela, caso a caso. A tradição definiu para tanto algumas regras básicas, tais como a da *lectio melioris codicis*, da *lectio difficilior*, da *lectio melioris classis*, ou da *lectio plurimum codicum*, na verdade bem mais princípios matizados de orientação do que dogmas de observância cega. A elas deve o crítico aliar uma cultura profunda sobre a história do texto que edita, bem como sobre o autor, o seu estilo peculiar e as convenções do género literário a que se reporta a obra ou ainda sobre a gramática e o léxico da língua da época em que foi produzida. Há ainda um outro recurso que em alguns casos pode operar excelentes soluções (veja-se o exemplo 9, pp. 96-98: reconstituição dum fragmento de Eumelo de Corinto): o “olfacto”, a intuição do crítico, essa componente de subjectividade inerente a toda a formulação de juízos. Armado deste arsenal, o crítico procura detectar os erros e decidir sobre eles: ou os corrige (*emendatio*), ou os marca com uma *crux*, sem intervir sobre ele, ou produz conjectura. O capítulo V (pp. 103-147) trata da ecdótica. Vai esta mais além da “crítica”, envolvendo um conjunto de outros problemas e operações secundárias, que, começando naquela, se plasmam no texto editado; por exemplo: convenções tipográficas, correcção de provas, etc. São definidos princípios gerais para as decisões a tomar quanto à forma e à apresentação não só estritamente do texto (*u.g.* sua numeração e paginação; ortografia; signos diacríticos para marcar situações do texto, tais como erros, lacunas, acrescentos, etc.), mas também de todo o trabalho (*u.g.* prefácio; aparato crítico “negativo” ou “positivo”; e outros elementos, como aparato de *loci similes*, comentários ou índices). As observações feitas a respeito da revisão geral duma edição crítica dirigem-se em especial a trabalhos dactilografados a máquina de escrever, não

Recensões

estando ainda suficientemente generalizado o uso do computador. Note-se a este respeito que a redacção da obra de Bernabé data de 1991, tendo sido publicada no ano seguinte. O último passo antes de a obra ser finalmente impressa e lançada no mercado é o da revisão de provas. Ainda dentro do campo da ecdótica, é dedicado um capítulo (pp.149-185) à edição de fragmentos e de outras edições especiais (textos epigráficos, papiros e escólios), que, ao contrário da edição de textos completos, se revestem de problemas específicos. No epílogo (pp. 187-188), faz-se o balanço das exigências que a crítica textual coloca, para se concluir que poucas são as actividades humanas que, como esta, melhor conjugam o esforço individual com o trabalho colectivo e solidário.

A obra contém ainda três Apêndices (pp. 189-218): um de abreviaturas, locuções e signos diacríticos (sistema de Leiden) comumente utilizados na edição de textos (compreende também signos métricos); outro, com um índice-glossário de conceitos básicos da crítica textual; e o terceiro, de signos utilizados na correcção de provas. Finalmente, a seguir às notas (pp. 219-227), uma série anexa (pp. 229-261) de 32 lâminas reproduzindo fólios de papiro e de códice e páginas de edições críticas, sendo a última um exemplo duma página impressa com a respectiva correcção de provas. No fim de cada capítulo, apresenta-se bibliografia especialmente relacionada com o conteúdo nele tratado.

Enquanto *manual*, nota-se o pendor didáctico no tratamento das várias questões, de forma clara e concisa. Este pendor está bem patente, quer nas séries de exemplos de casos concretos analisados em anexo a alguns dos capítulos (o II, o IV, o V e o VI) e que são, na prática, ilustrativos dos problemas levantados nos mesmos e da aplicação dos diversos métodos propostos para a sua resolução, quer nos apêndices, que se oferecem como útil instrumento de consulta rápida e genérica. Tendo embora por destinatários os helenistas, é igualmente proveitosa para latinistas, pois há problemas comuns a ambas as áreas, postas obviamente de parte questões específicas, tais como a da paleografia ou da história de uma e outra língua ou ainda da transmissão e recepção de cada uma das respectivas literaturas nas duas metades heterogéneas do Império Romano. Por outro lado, quando pensamos em história da transmissão e recepção dos textos, há especificidades a considerar que se prendem com cada texto ou género literário, grego ou latino, em particular não confundíveis com a de outro. A obra de Bernabé abre caminho para leituras sobre aspectos mais particulares, como o próprio adverte na introdução (p. XIV). Deve, porém, acentuar-se que é de preciosa validade enquanto iniciação aos muitos e variados problemas com que a crítica textual se debate.

RUI MIGUEL DE OLIVEIRA DUARTE